

OFICINA

Adoecimento de Magistrados e Servidores

Realização:







Três ações até o final do ano:

- 1- Implantação de meta relacionada à saúde de magistrados e servidores: "Criar pelo menos um programa/projeto/ação com vistas a reduzir as cinco doenças mais frequentes constatadas nos Exames Periódicos de Saúde";
- 2- Instituição em todos os tribunais dos Comitês de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário;
- 3- Avançar na realização dos Exames Periódicos de Saúde;



- CNJ elaborar modelo de estruturação dos dados requisitados para melhorar a coleta dos dados;
- Recebido o material com o relatório Fórum Nacional de Prevenção ao Assédio Moral;
- Inserir maior participação das associações de servidores no próximo seminário;
- Política de metas tenha adequação de acordo localidade, de acordo com o número de servidores;
- Utilização da CIF Classificação Internacional de Funcionalidade em Saúde; olhar também as incapacidades parciais, em vez de utilizar somente apto/não apto;



- Disponibilização dos dados divulgados no evento para todos os tribunais;
- Trabalho de convencimento de magistrados e de servidores para prevenção (check ups);
- Desmistificação o tratamento psicológico/psiquiátrico;
- Considerar os aposentados nas pesquisas, uma vez que podem adoecer e continuar utilizando, inclusive, o plano de saúde na aposentadoria;
- Noticiar os trabalhos realizados pelos tribunais, com criação de um banco de boas práticas na saúde;



- Preocupação orçamentária para implementação de projetos na área da saúde;
- Necessidade da contratação de novos profissionais da saúde em razão das aposentadorias que estão surgindo;
- Realização de trabalho de valorização dos magistrados e servidores pelo CNJ, principalmente da Justiça do Trabalho, recentemente muito atacada;
- CNJ trabalhar com as gestões dos tribunais a fim de evitar o assédio moral;



- CNJ adote política para que as ações discutidas nesse evento sejam levadas às administrações dos tribunais;
- Ampliação dos serviços médicos;
- Normativo de alinhamento entre a gestão e a área médica para uma política de readaptação e teletrabalho.